

Centro de Estudos e Pesquisas “Dr. João Amorim” - CEJAM, gestora do Pronto Socorro Arnaldo de Figueiredo Freitas

CNPJ 66.518.267.0051-42

Demonstrações Contábeis Exercício de 2025

| Balanco Patrimonial do Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2025 - (em Reais) | | | | Demonstração do Resultado do Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2025 - (em Reais) | | | | Demonstração do Fluxo de Caixa dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 - (em Reais) | | | |
|---|-------|---------------------|----------------------------------|---|---------------------|--|------|---|--|------|---------------------|
| Ativo | Notas | 2025 | Passivo e Patrimônio Líquido | Notas | 2025 | Notas | 2025 | Descrição | 2025 | 2025 | 2025 |
| Ativo Circulante | | | Passivo Circulante | | | | | Atividades Operacionais | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 4 | 6.584.928,82 | Fornecedores | 7 | 887.292,00 | Receitas Líquidas | 12 | 31.185.152,19 | Superávit do exercício | | 4.289.245,43 |
| Estoques | 5 | 795.550,36 | Obrigações trabalhistas | 8 | 870.122,98 | Contrato de gestão | 13 | 31.185.979,79 | Variações nos ativos e passivos operacionais | | |
| | | 7.380.479,18 | Obrigações sociais e fiscais | 9 | 469.952,04 | Realização de bens públicos em nosso poder | | 66,40 | Estoques | | (795.550,36) |
| Ativo Não Circulante | | | Contas a pagar | 10 | 46.915,71 | (-) Repasse destinado à aquisição do imobilizado | | (894,00) | Fornecedores | | 887.292,00 |
| Imobilizado | 6 | 871,65 | Provisões para férias e encargos | 10 | 816.951,02 | Custos | | (26.273.584,54) | Obrigações trabalhistas | | 870.122,98 |
| | | 871,65 | | | 3.091.233,75 | Pessoal próprio | 16 | (10.119.431,83) | Obrigações sociais e fiscais | | 469.952,04 |
| | | | Passivo Não Circulante | | | Serviços terceirizados | 17 | (13.316.393,37) | Provisões para férias e encargos | | 816.951,02 |
| | | | Bens públicos em nosso poder | 11 | 871,65 | Medicamentos e materiais de consumo | 18 | (2.837.759,34) | Outras obrigações | | 46.915,71 |
| | | | | | 871,65 | Custo da CPP (Contr. previdenciária patronal) | 23 | (2.211.549,07) | Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais | | 6.584.928,82 |
| | | | Patrimônio Líquido | | | (-) Imunidade da CPP usufruída | 23 | 2.211.549,07 | Atividades de Investimento | | |
| | | | Superávit do exercício | | 4.289.245,43 | (=) Resultado Bruto | | 4.911.567,65 | Aquisição de imobilizado e intangível – | | (894,00) |
| | | | | | 4.289.245,43 | Despesas | | (1.660.214,61) | Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento | | (894,00) |
| | | | | | 4.289.245,43 | Despesas gerais | 19 | (1.660.214,61) | Atividades de Financiamento | | |
| | | | | | 4.289.245,43 | Outras Receitas (Despesas) Operacionais | | 669.298,15 | Recebimento para aquisição de imobilizado | | 894,00 |
| | | | | | 4.289.245,43 | Receitas com doações | | 30,00 | Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento | | 894,00 |
| | | | | | 4.289.245,43 | Outras receitas | 14 | 669.268,15 | Varição líquida nas disponibilidades | | 6.584.928,82 |
| | | | | | 4.289.245,43 | (=) Resultado antes das Receitas/Despesas Financeiras | | 3.920.651,19 | Demonstração do Aumento ou (Redução) de Caixa | | |
| | | | | | 4.289.245,43 | Resultado Financeiro | | 368.594,24 | Disponibilidades no início do exercício | | - |
| | | | | | 4.289.245,43 | Receitas financeiras | | 373.409,24 | Disponibilidades no final do exercício | | 6.584.928,82 |
| | | | | | 4.289.245,43 | Despesas financeiras | | (4.815,00) | Varição líquida nas disponibilidades | | 6.584.928,82 |
| | | | | | 4.289.245,43 | Superávit do Exercício | | 4.289.245,43 | | | |

1. Contexto Operacional: O Centro de Estudos e Pesquisas “Dr. João Amorim” – CEJAM é uma entidade de direito privado, de caráter filantrópico, fundada em 1991. Seus Estatutos Sociais encontram-se devidamente registrados no 3º Registro de Títulos e Documentos da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, sob o nº 454.301. A entidade é registrada no Conselho Nacional de Assistência Social e é portadora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS, sendo também declarada de Utilidade Pública nas esferas federal, estadual e municipal, estando inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 66.518.267/0001-83. O CEJAM celebrou com o Município de Barueri, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde, o Contrato de Gestão nº 226/2025, com vigência iniciada em 15 de maio de 2025, decorrente da Seleção Pública SUPRI nº 004/2024, com a finalidade de operacionalizar a gestão e executar as ações e serviços de saúde no Pronto Socorro Arnaldo de Figueiredo Freitas. O objeto do referido contrato consiste no gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde, em regime de atendimento contínuo de 24 (vinte e quatro) horas por dia, assegurando assistência universal e gratuita à população usuária do Sistema Único de Saúde – SUS, em conformidade com os anexos técnicos que integram o instrumento contratual. Os anexos técnicos estabelecem, entre outros aspectos, a definição e o volume de produção assistencial, as regras do sistema de repasse financeiro, bem como os indicadores de qualidade e desempenho que orientam o monitoramento e a avaliação da unidade. O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado conforme a legislação municipal aplicável e mediante celebração de termos aditivos, observadas as necessidades operacionais e assistenciais da unidade. Para a execução do objeto contratual, o Município de Barueri realiza o repasse de recursos financeiros ao CEJAM, destinados ao custeio das atividades assistenciais e administrativas da unidade, cujo valor global estimado é de R\$ 49.676.781,96, conforme previsto no instrumento contratual. Os recursos financeiros são transferidos em parcelas mensais, compostas por uma parte fixa correspondente a 90% do orçamento e uma parte variável de 10%, vinculada ao cumprimento de metas e indicadores de qualidade estabelecidos contratualmente. Os recursos estão vinculados exclusivamente à execução das atividades assistenciais previstas no contrato, sendo submetidos ao acompanhamento, controle e avaliação periódica pela Secretaria Municipal de Saúde, por meio da Comissão Permanente de Acompanhamento dos Contratos de Gestão – CPACG, bem como pelos órgãos de controle interno e externo. No âmbito assistencial, a unidade desenvolve atividades voltadas ao atendimento de urgência e emergência, incluindo acolhimento, classificação de risco, atendimento médico, assistência de enfermagem, suporte diagnóstico e terapêutico, além de encaminhamentos regulados para outros níveis de atenção, conforme diretrizes da rede municipal de saúde. Adicionalmente, a unidade atua como campo de prática para atividades de ensino, permitindo a realização de estágios curriculares supervisionados nas áreas da saúde, em conformidade com a legislação vigente e diretrizes da Secretaria Municipal de Saúde. As ações e serviços executados no âmbito do contrato de gestão são integralmente destinados aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS, observando os princípios da universalidade, integralidade e gratuidade da assistência à saúde, sendo vedada a cobrança de quaisquer valores dos pacientes pelos serviços prestados. Reforma tributária do consumo (LC 214/2025): Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132/2023, que instituiu a Reforma do Sistema de Tributação sobre o Consumo no Brasil, prevendo a substituição de tributos atualmente incidentes sobre o consumo, tais como PIS, COFINS, ICMS, ISS e IPI, pelos novos tributos Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), além do Imposto Seletivo (IS). A referida Emenda manteve a imunidade constitucional aplicável ao patrimônio, à renda e às receitas vinculadas às finalidades essenciais das entidades sem fins lucrativos, incluindo as fundações, bem como a não incidência de IRPJ e CSLL sobre o eventual superávit apurado. Todavia, a imunidade não abrange, em regra, receitas decorrentes de atividades não relacionadas diretamente às finalidades essenciais da Entidade, as quais poderão estar sujeitas à incidência do IBS e da CBS, conforme a legislação aplicável. A Lei Complementar nº 214/2025 regulamentou os novos tributos sobre o consumo, estabelecendo suas regras gerais de incidência, apuração e governança. Adicionalmente, a Lei Complementar nº 224/2025 dispôs sobre critérios para concessão e redução de incentivos e benefícios fiscais federais. A transição para o novo sistema tributário ocorrerá de forma gradual entre os anos de 2026 e 2033. Considerando que o processo de implementação da Reforma Tributária ainda se encontra em andamento e depende de regulamentações complementares, a Administração segue acompanhando os desdobramentos normativos aplicáveis. Diante do exposto e considerando a natureza jurídica e as atividades atualmente desenvolvidas pela Entidade, não foram identificados, até o momento, impactos mensuráveis decorrentes da Reforma Tributária nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

2. Bases de Preparação das Demonstrações Contábeis - 2.a) Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras “carve-out” da Entidade foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e ITG 2002 (R1). Estas demonstrações financeiras “carve-out” contemplam apenas os bens, direitos, obrigações e o resultado das operações do Pronto Socorro Arnaldo de Figueiredo Freitas, gerido pelo CEJAM, os quais são controlados e operados por meio de centros de custos do CEJAM. Dessa forma, as demonstrações financeiras “carve-out” podem não ser um indicativo da posição e performance financeira e dos fluxos de caixa que poderiam ser obtidos se o Pronto Socorro Arnaldo de Figueiredo Freitas tivesse operado como uma única entidade independente. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras “carve-out”, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela administração da Entidade na sua gestão. **2.b) Base de mensuração:** As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, incluindo instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado, quando aplicável. **2.c) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras estão apresentadas em reais, com duas casas decimais, exceto quando indicado de outra forma. **2.d) Uso de estimativas e julgamentos:** A elaboração das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração utilize julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua, sendo os efeitos dessas revisões reconhecidos prospectivamente. As principais estimativas referem-se a: • Vida útil do ativo imobilizado; • Provisões em geral. Não houve mudanças significativas nas estimativas adotadas em relação aos períodos anteriores. **3. Principais Políticas Contábeis:** As políticas contábeis materiais descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente a estas primeiras demonstrações financeiras carve-out da Entidade e continuarão sendo adotadas continuamente a partir dos exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2025. **3.a) Instrumentos financeiros:** • **Ativos financeiros não derivativos:** entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A entidade tem seus ativos e passivos financeiros não derivativos registrados pelo valor justo por meio do resultado. • **Caixa e equivalentes de caixa:** abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são

utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. Os recursos vinculados representam os saldos de bancos conta movimento e aplicações financeiras que possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados para fazer frente às obrigações do Contrato de Gestão, dos seus termos aditivos e outros ajustes que lhe darão origem. • **Reconhecimento e mensuração inicial:** A Entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Entidade se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que sejam contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao custo amortizado, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. • **Classificação e mensuração subsequente:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR. No exercício de 2025, a Entidade não possuía nenhum instrumento financeiro classificado como VJORA - instrumento de dívida ou VJORA - instrumento patrimonial. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Entidade mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR. É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado (VJR). Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros é reconhecido no resultado. • **Custo amortizado:** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais (quando houver) e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Os recebíveis abrangem o caixa e equivalentes de caixa, contas a receber do Contrato de Gestão e Operacionalização e outros créditos. • **Passivos financeiros:** Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas. Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como VJR caso for classificado como mantido para negociação. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. As despesas de juros são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar. • **Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido entre eles é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Entidade tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de realizá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. • **Instrumentos financeiros derivativos:** A Entidade não possuía, em 31 de dezembro de 2025, nenhuma operação com instrumentos financeiros derivativos, incluindo operações de hedge. **3.b) Estoques:** Os estoques, relacionados, substancialmente, a material médico hospitalar, drogas e medicamentos e materiais de limpeza são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio de custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos e despesas. **3.c) Imobilizado (quando aplicável):** • **Reconhecimento e mensuração:** os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. O custo inclui gastos diretamente atribuíveis à aquisição do ativo. As aquisições realizadas com recursos públicos são registradas no ativo imobilizado, tendo como contrapartida o passivo não circulante, na conta de “bens públicos em nosso poder”, por se tratarem de bens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços, que deverão ser revertidos ao poder concedente ao término do contrato de gestão, salvo substituições decorrentes de evolução tecnológica ou outros fatores específicos. • **Depreciação:** a depreciação é calculada pelo método linear, com base na vida útil econômica estimada dos bens. Para os bens vinculados à gestão pública, a depreciação é registrada em contrapartida ao passivo não circulante, refletindo a redução do valor dos bens públicos sob gestão da Entidade. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes: • Máquinas e equipamentos: 10 anos; • Equipamentos de uso médico: 10 anos; • Equipamentos de informática: 5 anos; • Móveis e utensílios: 10 anos; • Veículos: 5 anos. **3.d) Intangível (quando aplicável):** • **Reconhecimento, mensuração e amortização:** o ativo intangível de vida útil definida é composto pelo direito de uso de programas de computador (software), que são amortizados usando-se método linear à taxa de 20% a.a. **3.e) Redução ao valor recuperável (impairment):** • **Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A administração da entidade não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão. **3.f) Passivo circulante e não circulante (quando aplicável):** Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial. Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, se a entidade tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **3.g) Subvenções governamentais:** Os valores recebidos e empregados dos Contratos de Gestão firmados com a Secretaria Municipal de Saúde de Barueri são registrados em conformidade com a NBC TG 1000 (R1) Seção 24 Subvenção Governamental, da seguinte forma: Subvenção para custeio - Reconhecida como receita do exercício para fazer face às despesas incorridas. Subvenção para investimentos – relacionada a ativos, incluindo ativos não monetários, deve ser apresentada no balanço patrimonial em conta de passivo, como Recursos Governamentais a Realizar. **3.h) Patrimônio líquido:** Representa o patrimônio inicial da entidade, acrescido ou reduzido dos superávits ou déficits apurados anualmente desde a data de sua constituição e são empregados integralmente nos objetivos sociais da entidade conforme divulgado na Nota Explicativa nº 1. **3.i) Receitas:** As receitas da entidade são apuradas através de recebimentos comprovados por Contrato de Gestão, eventualmente, quando ocorrer doações de pessoas físicas e entidades privadas. As aquisições de imobilizado com recursos públicos são registradas na conta redutora da receita, denominada “(-) Repasse destinado à aquisição de imobilizado”, e os valores correspondentes às aquisições transferidos para o passivo não circulante,

na conta de “bens públicos em nosso poder” e nela mantidos por tratar-se de itens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela contratada, necessários à prestação do serviço público, que deverão reverter ao poder concedente quando do término da gestão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolução tecnológica ou outros fatores específicos. **3.j) Despesas:** As despesas contabilizadas pelo regime de competência da entidade são comprovadas através de notas fiscais e recibos em conformidade com as exigências legais e fiscais. **3.k) Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas bancárias e demais encargos financeiros. **3.l) Apuração do resultado:** O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. **3.m) Pronunciamentos novos ou revisados e aplicações pela primeira vez em 2025:** As normas e interpretações que se aplicam pela primeira vez em 2025, não apresentam impactos nas demonstrações contábeis da Entidade. A entidade não irá adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não vigentes. Em relação aos pronunciamentos novos, a serem implementados nos anos subsequentes, não é esperado que tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Entidade.

4. Caixa e Equivalentes de caixa: Os saldos de caixa e equivalentes de caixa compreendem depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo, com alta liquidez, prontamente convertíveis em caixa e sujeitos a insignificante risco de mudança de valor. No âmbito da unidade, os recursos são mantidos em conta específica vinculada ao Contrato de Gestão, sendo destinados exclusivamente ao custeio das atividades operacionais. **Composição do caixa e equivalentes de caixa:**

| Bancos – Aplicações Financeiras | 2025 |
|---------------------------------|---------------------|
| Banco do Brasil S.A. | 6.584.928,82 |
| | 6.584.928,82 |

Os recursos possuem natureza de curto prazo e são utilizados na manutenção das atividades operacionais da unidade. **5. Estoques:** Os estoques correspondem, substancialmente, a materiais médico-hospitalares, medicamentos e insumos utilizados na prestação de serviços de saúde, sendo registrados ao custo de aquisição ou produção, não excedendo ao valor realizável líquido. Os itens são destinados ao consumo no curso normal das operações da unidade, vinculadas ao Contrato de Gestão.

Composição dos estoques:

| | 2025 |
|--------------------------------------|-------------------|
| Gêneros alimentícios | 2.612,75 |
| Materiais de EPI e EPC | 1.755,79 |
| Materiais de expediente e escritório | 38.848,00 |
| Materiais de informática | 2.046,90 |
| Materiais de laboratório e reagentes | 3.993,36 |
| Materiais de limpeza e descartáveis | 56.154,63 |
| Materiais de manutenção | 10.134,31 |
| Materiais de uso médico e hospitalar | 356.716,43 |
| Materiais impressos | 7.749,89 |
| Medicamentos | 294.461,31 |
| Nutrição enteral | 15.397,94 |
| Peças e acessórios | 2.866,38 |
| Utensílios diversos | 2.630,00 |
| Utensílios para copa | 182,60 |
| | 795.550,36 |

Os saldos refletem o nível de abastecimento necessário à manutenção das atividades operacionais da unidade, sendo periodicamente avaliados quanto à sua adequação, não havendo indicativos de perdas relevantes ou obsolescência.

6. Imobilizado: O ativo imobilizado corresponde aos bens utilizados na manutenção das atividades operacionais da unidade, registrados ao custo de aquisição e depreciados de acordo com sua vida útil estimada. Os bens adquiridos com recursos vinculados ao Contrato de Gestão são destinados exclusivamente à execução das atividades assistenciais da unidade. **Composição do imobilizado:**

| Bens Públicos | Taxa | em 2024 | Adição | Depreciação | Saldo em 2025 |
|-------------------------|------|---------|--------|-------------|---------------|
| Máquinas e equipamentos | 10% | - | 894,00 | (22,35) | 871,65 |
| | | | | | 871,65 |

Conforme previsto no Contrato de Gestão, os bens patrimoniais adquiridos com recursos públicos são considerados bens públicos, permanecendo como propriedade do Município de Barueri, ainda que sob a guarda e administração do CEJAM durante a vigência contratual. **7. Obrigações Trabalhistas:** As obrigações trabalhistas correspondem aos valores devidos aos colaboradores da unidade, decorrentes da folha de pagamento, incluindo salários e demais encargos de natureza similar, reconhecidos conforme o regime de competência. **Composição das obrigações trabalhistas:**

| | 2025 |
|------------------------------|-------------------|
| Salários a pagar | 867.239,94 |
| Pensões alimentícias a pagar | 2.883,04 |
| | 870.122,98 |

As obrigações possuem natureza de curto prazo e são liquidadas nos prazos legais e contratuais. **8. Obrigações Sociais e Fiscais:** As obrigações sociais e fiscais correspondem aos encargos incidentes sobre a folha de pagamento e às retenções efetuadas de terceiros, a serem recolhidos aos órgãos competentes, conforme prazos legais. **Composição das obrigações sociais e fiscais:**

| | 2025 |
|---|-------------------|
| INSS retido na folha de pagamento | 88.682,59 |
| Fundo de Garantia por Tempo de Serviço | 105.911,08 |
| Contribuições sindicais e assistenciais | 2.835,00 |
| IRRF retido na folha de pagamento | 83.290,38 |
| IRRF retido de pessoas jurídicas | 27.811,64 |
| CSRF retida de pessoas jurídicas | 100.037,66 |
| INSS retido de pessoas jurídicas | 44.871,09 |
| ISS retido de pessoas jurídicas | 16.512,60 |
| | 469.952,04 |

As obrigações possuem natureza de curto prazo e são liquidadas nos prazos legais e contratuais. **9. Contas a Pagar:** As contas a pagar correspondem a obrigações operacionais diversas, incluindo serviços contratados e demais compromissos necessários à manutenção das atividades da unidade. **Composição das contas a pagar:**

| | 2025 |
|--|------------------|
| Empréstimos consignados a folha | 33.616,97 |
| Plano odontológico | 849,55 |
| Cia. Sanamento Básico Est. S. Paulo – SABESP | 12.379,89 |
| TIM Celular S.A. | 69,30 |
| | 46.915,71 |

As obrigações possuem natureza de curto prazo e são liquidadas nos prazos legais e contratuais. **10. Provisões para Férias e Encargos:** A provisão para férias e encargos corresponde aos valores estimados das obrigações trabalhistas relativas aos direitos adquiridos pelos colaboradores, incluindo férias, adicional constitucional de 1/3 e os respectivos encargos. **Composição das provisões para férias e encargos:**

| Férias e 1/3 sobre férias | 2025 |
|---------------------------|-------------------|
| | 756.513,21 |
| FGTS sobre férias | 60.437,81 |
| | 816.951,02 |

As provisões são constituídas e ajustadas mensalmente, em conformidade com o regime de competência, refletindo as obrigações trabalhistas incorridas na data-base. **11. Bens Públicos em Nosso Poder:** A rubrica “Bens públicos em nosso poder”, no montante de R\$ 871,65 em 2025, refere-se aos bens adquiridos com recursos vinculados ao Contrato de Gestão, destinados à execução das atividades da unidade. Tais bens são considerados de propriedade do Município de Barueri, permanecendo sob a guarda e administração do CEJAM durante a vigência contratual. O valor registrado corresponde ao custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada, em montante equivalente ao ativo imobilizado reconhecido nas demonstrações financeiras. **12. Receitas Operacionais Líquidas:** As receitas são reconhecidas conforme o regime de competência, de acordo com a execução das atividades assistenciais, e apresentadas líquidas de eventuais glosas, abatimentos e ajustes contratuais. No âmbito do Contrato de Gestão, as receitas compreendem valores destinados ao custeio das atividades da unidade, podendo incluir parcela vinculada ao cumprimento de metas e indicadores de desempenho estabelecidos contratualmente. **13. Receita com Contrato de Gestão:** A receita com contrato de gestão refere-se aos valores reconhecidos no período em decorrência da execução do Contrato de Gestão firmado com o Município de Barueri, para a prestação de serviços de saúde no âmbito da unidade. **Composição da receita com contrato de gestão:**

| Contrato de Gestão nº 226/2025 | 2025 |
|--------------------------------|----------------------|
| | 31.185.979,79 |
| | 31.185.979,79 |

Os valores são reconhecidos conforme o regime de competência, de acordo com a execução das atividades assistenciais e condições estabelecidas no contrato. **14. Outras Receitas:** As outras receitas correspondem, substancialmente, ao reconhecimento contábil de valores relacionados à implantação inicial dos estoques da unidade, decorrentes da identificação de materiais existentes anteriormente ao início da execução do Contrato de Gestão. **Composição das outras receitas:**

| Recuperação de despesas com materiais | 2025 |
|---------------------------------------|-------------------|
| | 669.268,15 |
| | 669.268,15 |

O reconhecimento desses valores não representa ingresso de novos recursos financeiros no período, tratando-se de registro contábil decorrente da incorporação de itens ao estoque da unidade. **15. Resultado Financeiro:** O resultado financeiro corresponde às receitas e despesas decorrentes da gestão de recursos financeiros da unidade, incluindo rendimentos de aplicações e encargos bancários. **Composição do resultado financeiro:**

| | 2025 |
|--|-------------------|
| Rendimentos de aplicações financeiras | 373.409,23 |
| Descontos obtidos | 0,01 |
| (-) Tarifas bancárias | (2.206,00) |
| (-) Juros a fornecedores | (495,90) |
| (-) Imposto sobre aplicações financeiras | (322,54) |
| (-) Imposto sobre operações financeiras | (1.790,56) |
| | 368.594,24 |

O resultado financeiro é influenciado, principalmente, pelos rendimentos das aplicações financeiras vinculadas ao Contrato de Gestão. **16. Pessoal Próprio:** Os custos com pessoal próprio correspondem aos gastos incorridos com os colaboradores vinculados às atividades da unidade, incluindo remunerações, benefícios e encargos sociais. **Composição dos custos com pessoal próprio:**

| Remunerações | 2025 |
|------------------|----------------------|
| Benefícios | 8.803.736,69 |
| Encargos sociais | 598.337,51 |
| | 717.357,63 |
| | 10.119.431,83 |

As remunerações compreendem, principalmente, salários, férias, 13º salário e demais verbas de natureza remuneratória. Os benefícios incluem assistência médica, vale-refeição, vale-transporte e outros itens concedidos aos colaboradores. Os encargos sociais referem-se, substancialmente, ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS incidente sobre a folha de pagamento. **17. Serviços Terceirizados:** Os custos com serviços terceirizados correspondem aos gastos incorridos com a contratação de serviços prestados por pessoas jurídicas, utilizadas na execução e no suporte das operações da unidade. **Composição dos custos com serviços terceirizados:**

| Serviços assistenciais por pessoas jurídicas |
|--|
|--|

porte operacional. A rubrica de bens não imobilizados corresponde à aquisição de itens de pequeno valor ou vida útil reduzida, não classificados no ativo imobilizado. As outras despesas gerais apresentam baixa representatividade, incluindo depreciações e amortizações, sem impacto relevante nas demonstrações financeiras.

20. Coberturas de Seguros: A Entidade mantém apólices de seguros contratadas com o objetivo de proteger os bens sujeitos a riscos, em valores considerados adequados para cobrir eventuais sinistros, de acordo com a natureza de suas atividades. As premissas adotadas para definição dessas coberturas não integram o escopo dos trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis e, portanto, não foram objeto de exame pelos auditores independentes.

21. Atendimento à Legislação das Entidades de Fins Filantrópicos: A Entidade vem atendendo aos requisitos estabelecidos pela legislação vigente e demais regulamentações aplicáveis à sua área de atuação. Tendo como preponderância a área da Saúde, são encaminhados regularmente relatórios ao Ministério da Saúde (MS) para fins de acompanhamento e fiscalização, sem prejuízo das competências atribuídas aos órgãos de fiscalização tributária. Tais relatórios são acompanhados pelas demonstrações contábeis e financeiras da Entidade, submetidas à auditoria independente, com parecer conclusivo emitido por instituição de

vidamente credenciada junto ao Conselho Regional de Contabilidade (CRC). A renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), emitido pelo Poder Público, é condição necessária para a manutenção dos benefícios de isenção concedidos nas esferas federal, estadual e municipal, bem como para a continuidade dos convênios firmados com esses entes.

22. Certificado Beneficente de Assistência Social (CEBAS): Em 24 de março de 2023, por meio da Portaria nº 274, publicada no Diário Oficial da União, Edição nº 60, Seção 1, página 87, com fundamento na Nota Técnica nº 201/2023-CGCE/DC/CEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.167752/2021-13, foi concedida ao CEJAM a renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), com validade no período de 30 de novembro de 2021 a 29 de novembro de 2024. Em atendimento à legislação vigente, a Entidade protocolou tempestivamente o pedido de renovação do referido certificado junto ao Ministério da Saúde, sob o nº 25000.150614/2024-48, em 07 de outubro de 2024, o qual se encontra em análise até a presente data. Nos termos do art. 14 do Decreto nº 11.791/2023, a certificação permanece válida até a decisão administrativa definitiva sobre o requerimento de renovação apresentado dentro do prazo legal. A Administração da Entidade, com base na avaliação de seus assessores técnicos e jurídicos, entende que todos os re-

quisitos legais e regulamentares aplicáveis foram devidamente atendidos, motivo pelo qual considera legítima a manutenção da certificação e, conseqüentemente, o usufruto dos benefícios de isenção a ela vinculados.

23. Imunidade das Contribuições Previdenciárias (Cota Patronal): A Entidade é imune às contribuições sociais destinadas à Seguridade Social, em especial às contribuições previdenciárias incidentes sobre a folha de pagamento (cota patronal), nos termos do art. 195, §7º, da Constituição Federal, regulamentada pela Lei nº 8.212/1991. Para fins de transparência e adequada evidência dos benefícios fiscais usufruídos, a Entidade apresenta, a seguir, os valores correspondentes às contribuições previdenciárias não recolhidas em razão da imunidade, os quais representam o montante anual do benefício auferido:

| | |
|--|----------------|
| Cota patronal do INSS – Folha de pagamento | 2.211.549,07 |
| Total da imunidade apurada | 2.211.549,07 |
| (-) Imunidade usufruída | (2.211.549,07) |
| Efeito no resultado | 0,00 |

Os valores apresentados possuem caráter meramente informativo e não impactam o resultado do exercício, uma vez que refletem integralmente a imunidade constitucional reconhecida à Entidade. Adicionalmente, a Entidade mantém controles e registros que evidenciam o cumprimento dos requisitos legais para fruição da imu-

nidade, incluindo a aplicação de recursos em suas finalidades institucionais e a prestação de serviços gratuitos na área da saúde, em conformidade com a legislação vigente.

24. Tributos e Contribuições: Imposto de renda e contribuição social: em virtude de ser uma entidade sem fins lucrativos, a entidade goza do benefício de isenção do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com o Decreto nº 76.186 de 02/09/75, artigos 167 a 174 do Regulamento do Imposto de Renda (RIR), aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26/03/99 e artigo 195 da Constituição Federal. PIS: por ser uma entidade filantrópica, é isenta do pagamento do PIS incidente sobre as receitas de suas atividades próprias, bem como o calculado sobre a folha de salários. COFINS: por ser uma entidade filantrópica, é isenta do pagamento do COFINS incidente sobre as receitas relativas às suas atividades próprias, de acordo com as Leis nº 9.718/98 e 10.833/03. Isenção previdenciária usufruída: para atender aos requisitos da legislação pertinente, a entidade registra em contas de resultado os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas.

25. Eventos Subsequentes: Não foram identificados eventos subsequentes às demonstrações contábeis "carve-out" de 31 de dezembro de 2025.

Barueri (SP), 31 de dezembro de 2025.

| | | | | | | | | | | |
|--|-------|---|--------|--------|----------|---------|----------|----------|--------|--|
| Dr. Mário Santoro Junior - Gerente de Desenvolvimento Institucional | | Alexandre Papi - Contador CRC nº 1SP130223/O-3 | | | | | | | | |
| INDICADOR DE ATENDIMENTO 2025 | | | | | | | | | | |
| | maio | junho | julho | agosto | setembro | outubro | novembro | dezembro | média | |
| Total de atendimentos por especialidades - Clínica Geral | 8.901 | 13.632 | 13.652 | 15.006 | 15.437 | 16.928 | 15.689 | 14.489 | 15.115 | |
| Total de atendimentos por especialidades - Clínica Ortopédica | 292 | 456 | 480 | 571 | 602 | 617 | 567 | 601 | 558 | |
| Total de atendimentos por especialidades - Emergencista | 213 | 289 | 333 | 273 | 229 | 277 | 265 | 259 | 285 | |
| Total de atendimentos por especialidades - Pediatria | 4.315 | 5.784 | 3.700 | 5.690 | 6.081 | 7.452 | 5.981 | 3782 | 5.704 | |

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis "CARVE-OUT"

À Administração e Conselho de Administração do Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João Amorim" - CEJAM, gestora do Pronto Socorro Arnaldo de Figueiredo Freitas - São Paulo - SP. **Opinião sobre as demonstrações contábeis:** Examinamos as demonstrações contábeis "carve-out" do Pronto Socorro Arnaldo de Figueiredo Freitas ("Entidade"), filial do Centro de Estudos e Pesquisas Dr. João Amorim ("Entidade" ou "CEJAM"), filial da Centro de Estudos e Pesquisas Dr. João Amorim em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Pronto Socorro Arnaldo de Figueiredo Freitas ("Entidade"), filial da Centro de Estudos e Pesquisas Dr. João Amorim - CEJAM ("Entidade" ou "CEJAM") em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil com base nas disposições contidas na ITG "2002 R1 - Entidades sem finalidades de lucros", também pela da NBC TG "1000 R1 - Contabilidade para pequenas e médias empresas" para os aspectos não abordados pela ITG "2002 (R1) - Entidade sem finalidade lucros". **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evi-

dência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase - Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis "carve-out":** Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 2 que descreve a base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis "carve-out". Conseqüentemente, essas demonstrações contábeis "carve-out" podem não ser necessariamente um indicativo da performance financeira e dos resultados das operações futuras que seriam obtidos caso fossem consideradas todas as operações da Entidade como uma entidade jurídica. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. **Outros assuntos - Restrições sobre o uso e distribuição:** As demonstrações contábeis "carve-out" acima referidas foram elaboradas pela Administração do CEJAM com o propósito específico de serem utilizadas no processo de prestação de contas com a Secretaria de Estado de Saúde. Conseqüentemente, elas podem não servir para outras finalidades. Nosso relatório destina-se exclusivamente para a utilização e informação no processo de prestação de contas com a Secretaria do Estado de Saúde, identificados pelo CEJAM e não deve ser distribuído ou utilizado por outras partes que não o CEJAM e Secretaria do Estado de Saúde. **Comparativos do exercício anterior:** Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 das demonstrações contábeis "carve-out" para o início das operações referente ao Contrato de Gestão nº 226/2025, firmado em 15 de maio de 2025, com prazo de vigência de 12 meses, contados a partir de 15 de maio de 2025 e tem por objeto a administração, o gerenciamento e a operacionalização das atividades do Pronto Socorro Arnaldo de Figueiredo Freitas. O CEJAM constituiu uma nova filial, com CNPJ específico de filial que, a partir de então será por estas demonstrações chamada de "Entidade". Não tendo informações comparativas do ano anterior. **Responsabilidades da Administração e conselho de Administração pelas demonstrações contábeis "carve-out":** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis "carve-out" de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos

controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis "carve-out", a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. O conselho de Administração da Entidade é aquele com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis "carve-out":** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis "carve-out", tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis "carve-out", independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é

maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas e intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis "carve-out", inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 27 de abril de 2026.

BDO RCS Auditores Associados SS Ltda.
CRC 2 SP 015165/O-8
Carlos Aragaki
Contador CRC 1 SP 132091/O-1

PUBLICIDADE LEGAL NA FOLHA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO, COM ENTREGA PARCELADA, DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA (FRACASSADOS EM PROCESSO ANTERIOR) DESTINADOS AO ATENDIMENTO DE DIVERSOS DEPARTAMENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA. **Tipo:** Menor preço unitário. **Recebimento das propostas por meio eletrônico:** A partir das 12h00min do dia 13/05/2026. **Fim do recebimento das propostas/início da Disputa:** Às 08h59min do dia 26/05/2026. **Abertura da Sessão de Disputa de Preços:** Às 09h00min do dia 26/05/2026. **Disputa de lances:** Às 09h30min do dia 26/05/2026. **Valor estimado da licitação:** R\$ 940.337,10 **Fontes de recursos:** Federal. **Informações:** O Edital do Pregão Eletrônico nº 027/2026 estará disponível a partir das 12h00min do dia 13/05/2026 nos seguintes acessos: Portal eletrônico oficial do Município de Igarapava/SP, pelo link: <https://igarapava.sillicita.com.br/licitacoes/pesquisa/>; Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), pelo link: <https://www.gov.br/pncp/pt-br>; Plataforma eletrônica de licitações (BLL COMPRAS), pelo link: <https://bll.org.br>; Demais informações podem ser obtidas pelo telefone/whatsapp: (16) 3520-0231 ou pelo e-mail: igarapava.lic3@gmail.com. Igarapava-SP, em 12 de maio de 2026. **JOSÉ HUMBERTO LACERDA RODRIGUES - PREFEITO MUNICIPAL**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VALINHOS
RESUMO DE EDITAL

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 5512/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 51/2026
OBJETO: Repelentes e Protetores Solares.
DATA/HORA/LOCAL: 03/06/2026 às 09h00.
LOCAL DA DISPUTA: www.gov.br/compras UASG 987225.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 6855/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 64/2026
OBJETO: Manutenção preventiva e corretiva de elevador.
DATA/HORA/LOCAL: 02/06/2026 às 09h00.
DATA/HORA PARA A VISITA TÉCNICA FACULTATIVA: A partir do dia 13/05/2026 até o dia 01/06/2026, de segunda a sexta-feira, das 8h00 às 15h00.
LOCAL DA DISPUTA: www.gov.br/compras UASG 987225.
Os editais poderão ser consultados gratuitamente no portal eletrônico www.gov.br/compras e no site www.valinhos.sp.gov.br. **Informações:** (19) 38711-1213.
RICARDO JOSÉ PIRES CORRÊA
Secretário de Licitações

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
AVISO DE LICITAÇÃO E EDITAL MODIFICATIVO

EDITAL MODIFICATIVO AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024/2026 – Edital nº 029/2026 – Processo nº 033/2026 – Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS E FUTURAS AQUISIÇÕES PARCELADAS DE CESTAS BÁSICAS. Fica publicado novo termo de referência, com alterações das especificações iniciais após pedidos de esclarecimentos. Nova data de abertura: 25/05/2026 às 08h00min.
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 005/2026 – Edital nº 034/2026 – Processo nº 038/2026
Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de engenharia para a perfuração de poço tubular profundo de até 250 metros no MUNICÍPIO DE PALMITAL-SP com fornecimento de materiais no qual consta em planilha. Abertura: 28/05/2026 às 08h00min.
O Edital e seus anexos na íntegra encontram-se disponíveis nos endereços da internet: www.palmital.sp.gov.br e www.bll.org.br. Ptal, 12/05/2026. Luis Gustavo Mendes Moraes – Prefeito Municipal.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BASTOS
AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 008/2026

O Prefeito de Bastos torna público que se encontra aberto na Divisão de Compras, o Edital da Concorrência Eletrônica n.º 008/2026, para "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA NO RAMO DA CONSTRUÇÃO CIVIL PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE ADEQUAÇÃO INTERNA, RECONFIGURAÇÃO DE AMBIENTES E AMPLIAÇÃO DE COBERTURA METÁLICA EM EDIFICAÇÃO PÚBLICA LOCALIZADA NA RUA 15 DE NOVEMBRO, Nº 55, JARDIM HIKARI, VISANDO A IMPLANTAÇÃO DO CENTRO MULHER E VIDA "NAIR BONFIM PIZZULIM". O Edital minucioso será disponibilizado no site www.bastos.sp.gov.br bem como na PLATAFORMA BLL no link www.bll.org.br, onde os interessados poderão solicitar maiores informações e esclarecimentos. A presente licitação encerrar-se-á após decorrer o prazo de 25 dias úteis da última publicação deste aviso em órgão de imprensa.
Bastos/SP, 12/05/2026.
Kléber Lopes de Sousa - Prefeito Municipal.

EMDEC EMPRESA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DE CAMPINAS S/A – EMDEC
CNPJ nº 44.602.720/0001-00 – NIRE nº 35300022581

EXTRATO DA ATA DA 267ª REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 26/03/2026

Aos 26/03/2026, às 9h, na sede social da Companhia, reuniram-se os membros do Conselho de Administração da Emdec. Deliberações: (i) aprovação, por unanimidade, das Demonstrações Financeiras referentes ao mês de fevereiro/2026; (ii) ciência acerca da arrecadação decorrente de protestos de multas de trânsito; (iii) aprovação da convocação da Assembleia Geral Ordinária agendada para 29/04/2026, com pauta relativa à prestação de contas dos administradores, exame e votação das demonstrações contábeis do exercício de 2025, eleição e recondução de membros dos Conselhos e fixação da remuneração dos administradores, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria; (iv) realização da avaliação anual de desempenho dos administradores e membros dos comitês, bem como análise do cumprimento das metas e resultados previstos no Plano de Negócios e Estratégia de Longo Prazo do exercício de 2025, com parecer conclusivo favorável; (v) ciência do resultado da eleição interna do representante dos empregados no Conselho de Administração; (vi) aprovação, por unanimidade, do Relatório Anual de Auditoria Interna - RAI NT 2025; e (vii) registro de informes relacionados ao processo de concessão do transporte público coletivo e demais ações institucionais. Campinas, 26/03/2026. Marcelo Pellegrini Barbosa. Presidente do Conselho de Administração. Ata registrada em 27/04/2026 - JUCESP nº 181.058/26-4 - Marina Centurion Dardani- Secretária Geral. Inteiro teor do documento disponível em: http://www.emdec.com.br/eficiente/sites/portalemddec/pt-br/site.php?secao=governanca_corporativa

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS

AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE CONCORRÊNCIA
Nº CP/012/2026-SMOP/OPO

O MUNICÍPIO DE CURITIBA, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS – SMOP da PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, através de CONCORRÊNCIA, na forma PRESENCIAL, do tipo TÉCNICA E PREÇO, para contratação de empresa de engenharia para elaboração de estudos e projetos de drenagem urbana para gestão e manejo de águas pluviais na sub-bacia do córrego Evaristo da Veiga em Curitiba – Paraná, conforme especificações contidas no Edital e seus anexos. Os envelopes contendo "Proposta Técnica" e "Proposta de Preços" deverão ser protocolados simultaneamente no "SERVIÇO DE PROTOCOLO" da SMOP, situado na Rua Emílio de Menezes n.º 450 - Bairro São Francisco - Curitiba – Paraná, até às 14h15 do dia 06/07/2026. Os envelopes contendo as "Propostas de Técnicas" serão abertos em sessão pública às 14h30 do mesmo dia 06/07/2026. O inteiro teor do Edital, seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser obtida no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Curitiba em <https://www.transparencia.curitiba.pr.gov.br/sgp/licitacoes.aspx>, ou na ATOTECA do TCE-Pr, em <https://www1.tce.pr.gov.br/conteudo/atoteca/239519/area/251>. Dúvidas e pedidos de esclarecimento poderão ser apresentados diretamente à Comissão de Contratação.
Curitiba, 13 de maio de 2026
Airton Sozzi Júnior
Superintendente de Implantação de Obras Urbanas

PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDÓPOLIS / SP
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 309/2026

DATA DE REALIZAÇÃO: 29 de maio de 2026. HORÁRIO: 08h30 (oito horas e trinta minutos). LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DE PREGÃO: Portal de Compras do Governo Federal - www.gov.br/compras/pt-br. CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço Por Item. MODO DE DISPUTA: Aberto. OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS E INTEGRADOS DE ENGENHARIA DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO (SESMT), POR MEIO DO SISTEMA DE GESTÃO TÉCNICA E OPERACIONAL COMPLETA, EM CONDIÇÕES QUE ATENDAM RIGOROSAMENTE ÀS NORMAS REGULAMENTADORAS (NRS) DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA, LEGISLAÇÃO PREVIDENCIÁRIA E DISPOSITIVOS FISCAIS (ESOCIAL) VIGENTES. O SERVIÇO DEVERÁ SER EXECUTADO PARA A POPULAÇÃO DE APROXIMADAMENTE 2.200 (DOIS MIL E DUZENTOS) SERVIDORES DAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS DA REDE MUNICIPAL. COM O FORNECIMENTO DE TODA A MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA, BEM COMO DE EQUIPAMENTOS, SOFTWARES E RECURSOS TÉCNICOS NECESSÁRIOS PARA A ELABORAÇÃO, GESTÃO E EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS E LAUDOS OBRIGATÓRIOS (PGR, PCMSO, LTCAT, PPP, LTI e LTP). DO MUNICÍPIO DE FERNANDÓPOLIS". Classificada por item, conforme especificações e quantidades constantes no Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico n.º 004/2026. LEGISLAÇÃO: Lei nº 14.133, de 01º de abril de 2021, e, suas alterações, bem como aplicação das exigências estabelecidas no instrumento convocatório. DO CREDENCIAMENTO: O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil. INTEGRA DO EDITAL: Está à disposição de todos quantos possam interessar junto à Secretaria Municipal de Gestão, de Segunda-Feira à Sexta-Feira, no horário das 08h00 às 17h00, no endereço acima mencionado e no site: www.fernandopolis.sp.gov.br em serviços + licitação.
Fernandópolis/SP, 12 de maio de 2026.
JOÃO PAULO SALES CANTARELLA
Prefeito Municipal

PODCASTS FOLHA

OS MELHORES PODCASTS ESTÃO NA FOLHA. COMECE O DIA BEM INFORMADO E EXPLORE NOVOS CONTEÚDOS.

FOLHA
105 ANOS